



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PRESIDENTE: FARIA DE SÁ

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 11-05-21

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Falha na transmissão. Registro prejudicado
- Documento lido não transcrito

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Este Presidente, na forma regimental, dá por abertos os trabalhos da 1ª Audiência Pública Virtual da Comissão Extraordinária do Idoso e da Assistência Social.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.saopaulo.sp.leg.br, *link* Auditório Virtual.

Registro a presença dos Srs. Vereadores: Gilson Barreto, Alfredinho, Eli Corrêa. Mais alguém já ingressou?

O SR. DELEGADO PALUMBO – Presidente, Delegado Palumbo.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Delegado Palumbo, está conosco. Obrigado. Podemos começar nossa reunião. Gostaria de chamar à atenção, Vereador Alfredinho, que havíamos aprovado um requerimento convocando o Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes, Levi dos Santos Oliveira. Eu enviei para o Vosso Gabinete, Vereador Alfredinho – não sei se V.Exa. já recebeu – a informação de que ele não pode vir, solicitando ainda para transformar esse requerimento em um pedido de informações.

Ele respondeu a V.Exa. e leio os termos do ofício:

– É lido o seguinte: (Ofício resposta do Secretário).

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Passo a palavra ao Vereador Alfredinho, autor do requerimento aprovado, ora respondido.

– Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Vereador, não estamos ouvindo... V.Exa. nos escuta?

O SR. ALFREDINHO – Sim, estou escutando.

– Falas simultâneas no ambiente virtual.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente, antigamente os Secretários...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. ALFREDINHO – Dava perfeitamente para estar presente e prestar as explicações que gostaríamos de saber, num tema tão polêmico e tão sério como é esse. Mas eu não sei se ele mandou outro convidado, é isso? Mandou alguém para representá-lo?

- Pausa.

O SR. ELISEU GABRIEL – Eliseu Gabriel presente.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Obrigado, Eliseu.

– Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. HELENA GROTKOWSKY – Presidente, acho que a Dona Marly já está entrando.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Ok, ok. Então, a palavra...

Procure fazer um apoio ao Vereador Alfredinho, porque o áudio dele não está bom.

Eu concederei a palavra à Dona Marly Augusta Feitosa da Silva, que é presidente do Grande Conselho Municipal do Idoso, pelo brilhante trabalho que tem sido feito por ela. Com a palavra a Dona Marly.

A SRA. MARLY AUGUSTA FEITOSA DA SILVA – Bom dia. Eu também estou com um pequeno problema de conexão. Vocês todos estão me ouvindo? (Pausa). Helena, está bom o áudio? Estão ouvindo?

O SR. ELISEU GABRIEL – Estamos ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Está bom. Está bom.

A SRA. MARLY AUGUSTA FEITOSA DA SILVA – Então, bom dia. Meus agradecimentos ao Vereador Arnaldo Faria de Sá, como presidente desta Comissão. Eu quero agradecer, de coração, também ao Vereador Alfredinho, que não está deixando esse assunto morrer.

Eu enviei para vocês a resposta do Prefeito Bruno Covas de um ofício que nós, do Grande Conselho Municipal do Idoso, fizemos no dia 28 de dezembro. Hoje precisaria estar presente aqui o pessoal da Secretaria de Transportes, porque, na resposta, eles mostram para

nós que as pessoas de 60 a 65 anos – eu já passei dessa idade – dão um prejuízo para o Município ou o Município é incompetente para gerir as suas...

Não é possível que o grupo de pessoas de 60 a 65 anos dê prejuízo. Eu não sei se está presente o pessoal da Secretaria de Transportes, porque eu fiquei tonta com tanto número, com tanta tabela e planilha. Precisaria ter uma explicação mais condizente.

Eu agradeço o convite e estou aqui à disposição. Muito obrigada.

O SR. ELISEU GABRIEL – Vereador Arnaldo, eu gostaria de dar uma palavrinha. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Pois não. Lógico, é um prazer.

O SR. ELISEU GABRIEL – Primeiramente, bom dia a todos. Parabéns ao Grande Conselho do Idoso, à Maria do Carmo, à Helena, ao Joel, aos Vereadores Eli Corrêa, Gilson Barreto, Alfredinho e a V.Exa. Vereador Arnaldo, um símbolo da luta do idoso para todos nós. Há um tempo, não sei se vocês lembram, nós fizemos uma Audiência Pública da qual muitos Vereadores participaram, e finalmente ontem nós fizemos uma reunião com o Secretário da Casa Civil para tratar justamente daquele manifesto que saiu naquela reunião, na qual estava presente a vice-presidente do Conselho do Idoso, o Tonhão, um representante do Idec, cujo nome eu acho que é André, e mais uma pessoa.

Enfim, fomos lá conversar com o Secretário, que ouviu bastante as ponderações, e houve mesmo essa história de que a despesa é muito grande, que são gastos tantos milhões com estudantes e tantos milhões com idosos, e que uma pessoa de 60 anos não é mais tão idosa. O que nós dissemos é que não é bem assim, porque todos estão em grande dificuldade econômica, todos sustentam famílias, e o idoso dos Jardins e de Pinheiros realmente é diferente do idoso do entorno da Cidade, do idoso de Guaianases. São pessoas muito mais sofridas, pessoas que vivem dificuldades maiores, com muito mais problemas de saúde. Então, essa ideia de idoso, idoso esbelto, esportista, que vai ao Clube Pinheiros, isso aí não existe. Isso é para uma quantidade ínfima de pessoas.

Ele ficou de estudar, ficou de fazer... O pessoal levou uma série de reivindicações. Então, ficou de fazer uma Comissão para estudar o assunto. Então, agora, o que eu percebo é o seguinte, que realmente vale a pena manter essa luta, Arnaldo, que você e todos nós estamos fazendo, Marly, para que consigamos. Eu tenho muita experiência que se consiga alguma coisa. É uma questão de humanidade, é uma questão de dignidade, de respeito, especialmente neste momento de grande crise que nós vivemos.

Um abraço. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – V.Exa. vai ficar responsável, então, pela interlocução dessa Comissão com a nossa Comissão para que possamos dar sequência no trabalho extremamente importante.

Tem a palavra o Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Nós tínhamos uma audiência pública em uma Comissão tão importante, que é a Comissão do Idoso, que discute este tema, não só em relação à condução, mas em relação a outros temas também. V.Exa., como Presidente desta Comissão, é um símbolo da luta do direito do idoso, porque eu sei que V.Exa., como Deputado Federal, foi uma bandeira que o senhor carregou durante todo o tempo de seu mandato. E, aí, ficamos tristes porque não veio ninguém da Secretaria. O Secretário disse que vai mandar informações, mas o nosso principal problema aqui não era uma mera informação, senão, não chamávamos Audiência Pública. Simplesmente, mandávamos um pedido de mera informação. O que nós queríamos era uma explicação do Secretário sobre o fim da gratuidade de transporte para idosos a partir dos 60 anos. A Câmara tem poder para revogar esse decreto, o artigo dessa lei que foi aprovada aqui, no final do ano passado, sem que a maioria dos Srs. Vereadores tomassem conhecimento do que se tratava...

– Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. ALFREDINHO – ...que tinha esse artigo no projeto que nós aprovamos e que não tinha nada a ver com o tema... (Falha na transmissão.) ...essa justificativa de custo, porque já tem o estudante que já não era bem o custo que era do passado, reduziu também. O tempo

que o estudante usa, com direito de pagar a única passagem dentro dos ônibus de São Paulo, no transporte coletivo, já não é o mesmo tempo, diminuiu pela metade.

Então, a informação que me deram foi que lá, no Governo Haddad, quando foi aprovada essa lei da gratuidade do transporte ao idoso com 60 anos, nós tínhamos um gasto de 800 milhões de gasto social – que, em minha opinião, não é gasto, é investimento, porque, quando você investe no social, é investimento. Com o fim da gratuidade do transporte para o idoso a partir dos 60 anos, simbolicamente, do ponto de vista do custo não seja tão representativo como se imagina. Então não sei por que o Governo quer concretizar uma... (Falha na transmissão.). Não é assim tão grave para o Governo do ponto de vista econômico.

Não estou vendo ninguém do Governo aí, estou vendo muitas pessoas que participaram da Audiência Pública, ... (Falha na transmissão.) ...fez audiência pública, eu participei também, e acho que a Câmara tem de agir. Isso que acho.

O SR. GILSON BARRETO – Sr. Presidente, eu acho que é uma falta de respeito do Secretário em mandar uma resposta dessas... de dizer que pode pedir por escrito. Proponho, inclusive, a V.Exa. que como Presidente, primeiro, reiterar o convite mais uma vez para a próxima semana, para vir no dia da reunião, para comparecer, e V.Exa. tivesse contato com a Casa Civil, para que a Casa Civil mantivesse contato para que o Secretário participasse da reunião. Venha aqui, olha, não dá para fazer por causa da despesa, não tem problema.

O Governo Bruno Covas é democrático e quer a participação de todos, os Secretários têm a obrigação de participar. Se foi aprovado pela Comissão eles têm o dever, se não tiver pode até convocar: ou aqui ou em Plenário. Mas o Secretário tem obrigação de participar. Não vamos simplesmente aceitar, mando por escrito. Manda por escrito uma conversa, não estamos aqui para brincar. Estamos aqui reunidos com um segmento da sociedade que precisa ser respeitado e o Secretário tem de respeitar.

Então acho que em deferência ao proponente, que reiterasse o convite para, na próxima reunião, o Secretário comparecer. É *on-line*, não precisa ficar o tempo todo, fica quinze, vinte minutos, meia hora, quanto for e vem aqui fazer a explicação da sua Secretaria à

Comissão Extraordinária Permanente do Idoso e de Assistência Social. Não comungo com esse pensamento, simplesmente deixarmos para lá.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Aproveitando a sugestão do nosso Vereador Gilson Barreto, colocar em votação o reconvite. E lembrando ao Secretário que ele não precisa estar presente fisicamente, pode estar presente virtualmente como nós estamos também.

Em votação a proposta do Vereador Gilson Barreto sobre a possibilidade de um reconvite. Os Vereadores que estiverem de acordo com a proposta do Vereador Gilson Barreto sobre a reconvocação do Sr. Levi dos Santos Oliveira, Secretário Municipal de São Paulo, permaneçam como estão. (Pausa).

Aprovado o requerimento do Vereador Gilson Barreto de reconvocação do Sr. Levi dos Santos Oliveira, esclarecendo que esse convite poderá ser posteriormente transformado em convocação...

Queremos evitar isso. E lembrando o Secretário que não precisa estar presente fisicamente, ele pode estar presente virtualmente. Pelo menos isso que entendi da proposta do Vereador Gilson Barreto.

Tem a palavra o Sr. Olavo de Almeida Soares.

O SR. OLAVO DE ALMEIDA SOARES – Sou morador de Ermelino Matarazzo, faço trabalho voluntário no Grande Conselho Municipal do Idoso e, junto com outras pessoas, coordeno o Fórum de Ermelino Matarazzo.

Recebi, através do Grande Conselho, a resposta do Secretário, que diz que gasta com gratuidade R\$ 1,8 bilhão por ano, sendo R\$ 712 milhões com estudantes e R\$ 338 milhões com idosos de 60 a 64 anos; R\$ 495 milhões com idosos de 65 anos ou mais; e R\$ 265 milhões com pessoas com deficiência.

Diante disso, eu entendo que, na composição do custo da passagem, ele considerou esses gastos, mais as despesas e o lucro que tem. Não vi nenhum benefício para as pessoas que pagam passagem, pois a tarifa se manteve. Então, ele está ganhando em cima

da cobrança dos idosos de 60 a 64 anos. Portanto, peço a atenção dos senhores para a população idosa da periferia.

Quando cheguei na periferia da zona Leste, na década de 50, eram casas térreas, e hoje são sobrados. Ali mora o idoso, os filhos, os netos e bisnetos; e a renda do idoso ajuda na composição da renda da família toda.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – O idoso virou arrimo de família.

O SR. OLAVO DE ALMEIDA SOARES – Sim, o idoso virou arrimo de família... Por isso peço a atenção dos senhores na composição desse custo, porque somos o terceiro orçamento deste País e o Orçamento de São Paulo corresponde a um valor muito maior do que o orçamento de outros países da América Latina.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Obrigado. Tem a palavra a Sra. Maria do Carmo Guido.

A SRA. MARIA DO CARMO GUIDO – Então começa a contar agora, né.

Vereador Arnaldo Faria de Sá, muito obrigada pela presença nessa reunião; aos demais Vereadores – Alfredinho, Eli Corrêa, Gilson Barreto, Delegado Palumbo e Eliseu Gabriel. À Marli também, presidenta do Conselho.

Eu sou a Maria do Carmo. Sou socióloga, sou pesquisadora da economia do envelhecimento.

O Secretário pediu dados. Nós temos dados. O Dieese fez pesquisa sobre a situação do idoso na cidade de São Paulo. Posso enviar para o Vereador Arnaldo Faria de Sá os dados. Embora seja importante que ele compareça.

Os dados são contundentes.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Pode encaminhar os dados para a Comissão.

A SRA. MARIA DO CARMO GUIDO – Eu vou enviar. Mas eu ainda não acabei, me dê mais um pouquinho de tempo, Vereador.

O prejuízo alegado pelo Secretário é irrelevante, se comparar com o prejuízo social que essa medida acarretou a população de 60 a 64 anos. São 851 mil paulistanos que estão nessa faixa etária, 60% dos quais trabalham. E como disse o Vereador Eliseu Gabriel e o companheiro Olavo, é gente que contribui com mais de 50% do orçamento familiar. Eles trabalham em profissões precárias, ambulantes, por exemplo, e eles não têm vale-transporte. Então a retirada desse benefício representou a retirada de renda dessa população cuja faixa de ganhos está entre 1400 a 1800 reais por mês. Então se eles tiverem que pagar transporte, isso vai representar um custo de 30% sobre o rendimento deles. Então é importantíssimo.

Outra coisa, Vereador Arnaldo, muito importante a se levar em consideração é a cobertura vacinal.

A cobertura proposta pela Secretaria Municipal de Saúde é que todos os idosos, até 60 anos, sejam vacinados. E não serão vacinados, porque eles não terão recursos para pagar a passagem para se dirigir até os postos de saúde. Isso vai inclusive interferir também nessa questão da pandemia. Então é uma questão extremamente importante para ser revista por esta Casa. Nós, os idosos, temos pressa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Temos pressa porque o nosso tempo está se esgotando. É sempre assim.

Ana Rosa Garcia da Costa é a nossa próxima convidada.

A SRA. ANA ROSA GARCIA DA COSTA – Bom dia, Presidente da Comissão, Dr. Arnaldo de Sá.

Somos colegas inclusive de profissão – advogada.

Eu sou ex-Conselheira Municipal de Saúde. Então eu vou pular a parte do emprego, porque isso já foi enfatizada por várias pessoas.

Eu queria chamar a atenção para o fato de que o Estado fechou atendimento em hospitais públicos na periferia. Isso está fazendo com que a população idosa da periferia, que

tem problemas de saúde, estejam se deslocando da periferia para outras regiões atrás de vagas que não de Covid.

Então, essa questão de fechamento de atendimentos de vagas em hospitais públicos, inclusive, de urgência, tem feito com que nós da periferia – eu moro na periferia Sul, aliás, cumprimento o Vereador Alfredinho que é da região – tenhamos problemas nos hospitais, porque nós não temos vagas, sequer para pronto-socorro. Aqui nós não temos nenhum hospital. Eu pertencço a uma comunidade – Cidade Ademar e Pedreira – que tem mais de seiscentos mil habitantes, seiscentos mil eleitores, e nenhum leito hospitalar, nenhum leito de pronto-socorro. Temos apenas uma AMA que faz de conta que é UPA.

Outra coisa que estamos encontrando na periferia é uma dificuldade enorme na questão financeira. As igrejas de todas as religiões, os sindicatos e o MST têm ajudado com cestas básicas porque estamos atravessando uma crise violenta de fome. Essa população se desloca para aquilo que é o mais barato para eles: o restaurante Bom Prato. Só que nem isso eles estão conseguindo porque têm dificuldades pela idade, pelos problemas decorrentes da idade e pela falta de ônibus – que na periferia o número de ônibus é muito menor, o intervalo entre os ônibus muito maior e os ônibus muito mais cheios.

Com tudo isso junto, nós precisamos do vale para que esta população vá comer, porque ela precisa chegar, pelo menos, no restaurante ou nas instituições que distribuem cesta básica.

Para concluir, eu gostaria de parabenizar todos os Vereadores por se prontificarem a defender essa causa. E eu sou candidata ao Conselho do Idoso na região Sul, portanto, estou falando em nome desta população que é muito carente – os Vereadores que militam nessa área sabem – que tem muitas dificuldades, mas pode ser estendida por toda periferia de São Paulo e até a região central porque tem muito cortiço, muita habitação inadequada e insalubre na região central.

Muito obrigada pela oportunidade. Eu espero que essa luta seja vencedora.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Obrigado pela participação. Isso é muito importante.

Concedo a palavra ao Sr. João Moreirão.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Bom dia. Obrigado. Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – João Moreirão, a palavra é sua, três minutos.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Está me ouvindo, Vereador?

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Estou ouvindo, pode seguir.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Bom dia, obrigado. Eu sou do Conselho Participativo Municipal Casa Verde-Cachoeirinha. Gostaria de dizer o seguinte: tenho visto muitos números, prejuízos e não prejuízos da Prefeitura. Bom, a Prefeitura não é uma empresa. Nós elegemos o Prefeito, ele nomeia secretários, tem toda uma estrutura que é sustentada pela sociedade para nos servir. Nós não podemos ter um Poder Público esquizofrênico. Uma parte de nós paga os impostos para nos servirem, mas na hora de nos servir parece uma empresa privada, botam numa contabilidade, fazem uma relação de custo e lucro. Essa é a questão.

A impressão que tenho é que graças à Ciência, graças a melhoria da qualidade de vida, nós estamos vivendo mais, e agora estamos sendo punidos por isso. Nós continuamos trabalhando, somos produtivos, e graças à Ciência nós podemos ser produtivos mais tempo, mas temos dificuldades, temos de fazer exames regularmente, temos medicamentos que dificilmente, muitas vezes, não conseguimos. E o Estado se comporta não como um Estado que, no passado, teve a veleidade de ser Estado do bem-estar social. Hoje, nem mais isso se fala, mas age como um Estado feitor. Acho que quem resume esse comportamento é aquela fala do Ministro Paulo Guedes, de que as pessoas estão com a mania de querer viver cem anos. Parece vingança porque a gente está vivendo mais, parece vingança porque a gente está sendo produtivo por mais tempo.

Então, é assim que eu acho: se a Prefeitura tem um gasto para dar passagem gratuita para nós, eu tenho quase 64 anos, e não para a Prefeitura ajudar àqueles que mais precisam do Poder Público? Mas Prefeitura faz um cálculo contábil como se fosse uma

empresa privada... (Falha na transmissão.) ...Acho que essa é uma questão fundamental. E na prática aqueles que mais precisam do Poder Público, os idosos, particularmente os idosos da periferia, acabam encontrando um Poder Público, um Estado que se comporta como feitor. Na hora dos benefícios sociais aparecem uns cálculos contábeis os quais nós não queremos saber, porque nós não temos direito de fazer cálculo contábil em nossa renda na hora de pagar o imposto, e está justo que não façamos isso, e que a gente pague o imposto, é correto que a sociedade pague...

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Moreirão, mais um minuto.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Encerrei. Muito obrigado pela atenção, Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Eu recebi um comunicado do Secretário dos Transportes, e ele vai mandar todos os dados. Então, em razão de ele ter se preocupado, que vai mandar os dados, nós estamos esperando para definir a próxima reunião, com os dados em mãos para que possamos discutir.

Com a palavra a ex-Vereadora Lidia Correa.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Gostaria de me inscrever, Presidente Arnaldo.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Pois não, Vereador, em seguida, depois da Lidia.

A SRA. LIDIA CORREA – Bom dia. Quero cumprimentar o Vereador Arnaldo Faria de Sá, Vereador Gilson Barreto, Vereador Alfredinho, Vereador Eli Corrêa, Delegado Palumbo, Vereador Eliseu Gabriel, Vereador Atilio Francisco e Vereador Eduardo Supply e outros mais que têm manifestado apoio a essa reivindicação e que têm tornado essa causa cada vez mais viável, cada vez mais possível, que é revogar essa legislação aprovada no final do ano.

Eu acho que várias matérias, vários pronunciamentos, audiências públicas, iniciativas, manifestações têm revelado como essa causa é justa e como é incorreto, errado retirar esse direito dos aposentados da forma como foi feito, o que prejudica demais especialmente neste período de pandemia que nós estamos vivendo.

As matérias todas têm revelado a gravidade da situação. É um segmento da população que precisa, merece o nosso apoio, é prejudicado com aposentadorias baixas, é prejudicado com a falta de aposentadoria, a impossibilidade da aposentadoria, é prejudicado com doenças, com problemas de saúde, tem de recorrer ao atendimento público geralmente. E quem toma condução nesta Cidade e nesse Estado é quem precisa. Quem não precisa não está tomando condução, não está tomando transporte público, muito corretamente, para se proteger do Coronavírus.

Bom, meus amigos, eu queria só reiterar essa questão, a justiça. Acho que é muito importante a Câmara corrigir esse problema e é muito bom que faça isso, que demonstre estar à altura da necessidade do nosso povo, dos aposentados e dos idosos da nossa Cidade, como está fazendo esta Comissão agora. Os debates apontam nessa direção e eu tenho certeza de que todos serão beneficiados, especialmente os vereadores, porque vão fazer justiça, porque vão legislar em defesa do povo, de quem mais precisa, vão ser reconhecidos por isso.

E é disso que o nosso povo precisa, é disso que os idosos precisam, todos que já estão nessa idade. E para os que não vão estar eu já adianto: a situação começa a ficar muito difícil nessa fase e precisa do apoio do Poder Público, precisa do apoio do Legislativo, precisa de legislação que proteja esse segmento que tanto contribuiu para a nossa Cidade, que tanto contribuiu para o nosso País, para as suas famílias.

Então eu faço aqui um apelo para todos os vereadores e vereadoras, especialmente os que estão aqui empenhados em ouvir e em procurar atender e acertar, que é o que todo mundo deve fazer, especialmente os representantes do povo, os vereadores como esses aqui, que estão empenhados em procurar acertar. Eu apelo para vocês: vamos corrigir.

É possível. Tem muita gente interessada nisso, muitos vereadores que inclusive não estão nesta Audiência Pública hoje, mas já manifestaram o seu interesse. É possível encontrar uma solução à altura da nossa Cidade neste momento.

Quero agradecer a todos vocês, cumprimentar os que estão participando deste movimento. O nosso movimento da gratuidade já tem, desde o primeiro momento, apontado

esta direção. Estamos cada vez mais confiantes de que vamos corrigir essa medida, para o bem daqueles que precisam.

Tirar uma medida neste sentido, porque neste período de pandemia o povo sentir que os seus representantes estão procurando acertar, aprimorar e melhorar a sua condição de vida. Isso é de um valor imenso não só para o segmento, mas para todos os segmentos sentirem. Acho que devemos fazer isso, buscar, é possível, podemos ser vitoriosos. Vai ser uma vitória de todos, especialmente dos Vereadores e Vereadoras.

Um abraço a todos. Continuaremos aqui na luta.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Parabéns, Vereadora, logicamente a sua oportunidade aqui é sempre bem-vinda. Retorno a esta Casa com todo prazer e toda alegria.

Tem a palavra o Vereador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Presidente Arnaldo Faria de Sá, meus cumprimentos por estar conduzindo, tão bem, esta Audiência. Cumprimento o Vereador Alfredinho que está engajado nesta batalha, a todos os demais Vereadores. Ao querido Eli Corrêa que aqui compareceu também.

Quero expressar que logo que soubemos da surpresa de ter sido aprovado, sem que tivéssemos conhecimento, o fim da gratuidade para o transporte público de 60 para 65 anos, de pronto a nossa Bancada, todos os oito Vereadores do PT, apresentamos projeto de lei para restaurar a gratuidade, conforme a Lei que foi aprovada, em 2013, pela Câmara dos Vereadores, com o apoio de todos os partidos, praticamente. O PSOL também apresentou projeto para modificação da Lei Orgânica do Município.

Entendemos que o projeto de lei tal como nós apresentamos, requer um número até menor do que a necessidade de colocar na Lei Orgânica do Município, mas de qualquer maneira acho que teremos um número de votos suficientes.

Temos a presença, inclusive, do Vereador Gilson Barreto que também está apoiando. Isso é muito importante. Quero cumprimentá-lo por isso.

Presidente Arnaldo Faria de Sá, acredito que seja importante que o Secretário de Transportes compareça na próxima reunião, inclusive, com todos os dados e informações, mas se trata de um benefício tão significativo que eu fico pensando se há algum gasto com maior relevância do que esse que precisa ser novamente considerado colocado como lei: a gratuidade do transporte público para todos de 60 anos ou mais.

Meus parabéns! Tem todo o apoio meu, como líder do PT, de toda a nossa bancada e de um número tão grande de Vereadores de todos os partidos. Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Obrigado, Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, nosso Senador permanente. Agradeço a V.Exa., como agradei, também, ao Vereador Eli Corrêa.

Indago ao Vereador Delegado Palumbo se quer usar a palavra.

O SR. DELEGADO PALUMBO – Sim, Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Vereador Delegado Palumbo, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DELEGADO PALUMBO – Obrigado, Sr. Presidente e demais participantes desta Comissão.

É um absurdo a falta de respeito do Secretário em não participar da reunião. Ele foi chamado previamente. Ele podia pegar o celular dele e participar. Agora, ele virá com um monte de números e informações, para enganar. O cidadão falou bem: ninguém pergunta para o cidadão se ele tem renda para pagar, mas, quando chega a hora de o Estado fazer a contrapartida, aí, há um monte de números e um monte de desculpas.

Eu sou cobrado nas ruas. Fui cobrado no ano passado. Graças a Deus, eu não era Vereador, ainda, para votar um absurdo desses, que falaram que foi mais um jabuti embutido nesses projetos de lei do Executivo. Eu quero aqui expressar e deixar bem claro que nós, da Câmara de Vereadores de São Paulo, não podemos ser “puxadinho” do Poder Executivo.

Embora o meu partido seja aliado do Prefeito e do Governador, quero deixar bem claro que vocês podem contar comigo. Eu jamais votaria contra os idosos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Vamos lá, Vereador Delegado Palumbo!

Agora, tem a palavra o nobre Vereador Sansão Pereira.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Muito bom dia, nobre Vereador Faria de Sá, nobres colegas Vereadores que participam desta tão importante Comissão, que é a Comissão Extraordinária do Idoso e da Assistência Social. Quero também dar o meu bom-dia para a Dona Marly, para a Sra. Maria do Carmo, para a Sra. Lídia, para a Dona Rosa, para o Sr. Olavo, para a Sra. Vera, para todos os representantes de importantes associações em defesa dos direitos dos idosos e para todos os participantes desta Comissão. A Sra. Lídia, que também já foi Vereadora, falou conosco. É nossa Vereadora Lidia.

Nós, da Bancada do Republicanos, fizemos um ofício ao Executivo, manifestando a nossa indignação com relação a essa perda do direito. É claro que buscamos, como está fazendo esta Comissão, agora, retornar esse direito, que é um direito adquirido, que é mais do que justo, para as pessoas que trabalham, para as pessoas que trabalharam, se empenharam, se esforçaram. Muito do que nós usamos hoje, do que os jovens usam, do que a população da Cidade usa, foi exatamente feito e mantido pelos idosos. Então, quer dizer: tenhamos todo respeito a essa classe, que realmente merece.

Em fevereiro desse ano, esse benefício da gratuidade na tarifa de ônibus, que valia para os idosos a partir de 60 anos, passou a valer somente aos idosos acima de 65 anos. Queremos dialogar com o Executivo. Estar junto nessa luta para poder reivindicar o retorno, fazer valer o direito dos idosos. O direito que essa Comissão está reivindicando. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Obrigado, nobre Vereador. Pergunto se há mais algum Vereador que queira fazer uso da palavra? (Pausa). Tem a palavra o nobre Vereador Eli Corrêa.

O SR. ELI CORRÊA – Sr. Presidente, quero que V.Exa. me conceda uma entrevista, estou chegando na Rádio agora, tão logo termine a audiência, V. Exa. concede uma entrevista? Para falar o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Será um prazer.

O SR. ELI CORRÊA – Quero que V.Exa. leve todas essas reivindicações, todo esse drama que as pessoas de 60 a 64 anos estão vivendo. Já que praticamente, era um direito adquirido que foi surrupiado. Daqui a pouquinho, encerrando a audiência, V.Exa. concede uma entrevista pelas duas emissoras: Top FM e Super Rádio AM.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Com muito prazer, nobre Vereador Eli Corrêa.

Com a palavra a Sra. Geralda Marfisa, da sociedade civil.

A SRA. GERALDA MARFISA – Sou da sociedade civil da Cidade Tiradentes, Conselheira, Gestora de Saúde da Supervisão Técnica e do Coletivo do Idoso. Quero cumprimentar a todos, bom dia, e deixar aqui o meu repúdio ao Secretário que não compareceu nesta audiência. Para nós, isso é uma falta de respeito muito grande. Deixo aqui o meu repúdio ao Secretário.

Venho afirmar a questão da gratuidade, que é um direito nosso, e nós precisamos. Quero dizer o quanto está sendo prejudicial à saúde do idoso. Não vou ficar repetindo aqui tudo o que já foi dito: a questão da saúde, o distanciamento, onde ele tem que buscar medicação. Nós que moramos na periferia, sabemos da dificuldade que os idosos estão passando por falta desse transporte. Mais uma vez deixo aqui o meu repúdio ao Secretário. Não vou me estender mais, porque todos já sabem, das nossas necessidades, e a volta do bilhete, já. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Parabéns, Sra. Geralda.

Tem a palavra o nobre Vereador Gilson Barreto.

O SR. GILSON BARRETO – Sr. Presidente, é só para V.Exa. reiterar com a Casa Civil a obrigação do Secretário, que terá de vir na próxima, e, se for o caso, fazer o ofício também ao Sr. Prefeito dizendo do descontentamento da Comissão. Outra coisa, é a

participação dos idosos no Plano Diretor da cidade de São Paulo. Nós temos de defender a questão da habitação para o idoso. É uma das bandeiras que eu acho que esta Comissão deve abraçar com unhas e dentes para fazer, como está lá no Pari, a Vila do Idoso. Acho que é uma das coisas. Estou colocando para ser discutido numa próxima reunião. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Quero agradecer ao Vereador Gilson Barreto. Realmente, nós temos de ter essa preocupação. Eu só não entrei em contato com o Prefeito Bruno Covas, em respeito a situação de saúde de S.Exa., mas eu espero que a saúde de S.Exa. possa se restabelecer rapidamente e que S.Exa. tenha a oportunidade de pedir ao Prefeito Bruno Covas a reconsideração dessa situação. Algum Vereador quer fazer uso da palavra? Algum convidado quer se manifestar, tem um minuto?

A SRA. HELENA GROTKOWSKY – Vereador Arnaldo Faria de Sá, aqui é a Secretária da Comissão, temos 26 inscritos no total e, pela ordem da inscrição, o Sr. Ricardo Pereira Carneiro para falar.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Está aberta a palavra ao Sr. Ricardo, por um minuto. (Pausa). A próxima é Girlândia Silva, tem a palavra a Sra. Girlândia Silva Santana. (Pausa).

O SR. GILSON BARRETO – Presidente, eu vou me retirar porque vou participar de outra reunião. Boa sorte para todos.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Tem a palavra a Sra. Delia Maria Catullo de Goldfarb.

A SRA. DELIA MARIA CATULLO DE GOLDFARB – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, como cidadã de São Paulo agradeço a oportunidade de poder falar nessa Audiência. Sou psicanalista, sou gerontóloga, e estou num coletivo de direitos da pessoa idosa e participo como usuária do Conselho Gestor da Unidade Básica de Saúde de Santa Cecília. Quero chamar atenção para um aspecto que é o da saúde mental relacionado ao transporte. Entre os muitos fatores que contribuem com a saúde mental da pessoa idosa está o fato de se manterem com independência e autonomia, atuando em rede social, para evitar o isolamento,

o maior tempo possível. Isso inclui ter poder de decisão como sujeito, cidadão e ter acesso aos serviços.

Para isso, é necessário exercer o direito de mobilidade. Os territórios atendidos pelos serviços públicos na cidade de São Paulo são enormes. Para ir a qualquer lugar, é necessário ônibus; e não só ônibus para se passar no médico. Idoso faz muito mais do que ir a médico: vai à praça, vai ao Núcleo de Convivência, encontra amigos, vai ao baile, vai ao mercado, namora. Para tudo isso, precisa ter ônibus.

Para concluir, pensamos que é muito menos oneroso para o Poder Público oferecer transporte gratuito para a população do que arcar com as nefastas consequências que a falta de mobilidade provoca. Refiro-me a doenças sérias que implicam em cuidados muito, muito grandes, como por exemplo, depressões profundas, demência etc. E o meio de transporte, para sair do quarto isolado, pode ser a diferença entre a vida e a morte; a diferença entre uma vida que vale a pena ser vivida e uma vida que já não vale mais a pena. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Delia Maria Catullo de Goldfarb, parabéns pela sua posição. Mais alguém quer usar a palavra? (Pausa). Sra. Nelma Fagundes. (Pausa). Sra. Maria Cristina de Campos Pires. (Pausa). Tonhão, Diretor da FACESP.

O SR. ANTONIO PEDRO (Tonhão) – Bom dia a todos. Serei rápido. Assino embaixo de todas as opiniões da gerontóloga que falou antes de mim sobre os problemas causados aos idosos. Muitas vezes, limitamos essas consequências apenas ao acesso à saúde, e, na verdade, isso tem a dimensão de uma vida completa, que o idoso deve ter.

Em segundo lugar, penso que o desafio aos Vereadores desta Comissão é ter que conversarem com o Prefeito e com os Secretários, não só o de Transporte – porque esse é o que menos responde –, mas o de Direitos Humanos e o de Assistência Social para se saber que pesquisa foi feita, que dados havia quando se tomou essa medida e que impacto isso geraria na vida desses idosos.

Temos que analisar o custo-benefício em relação a essa economia mínima que a Prefeitura terá em relação ao custo da saúde pública com esses idosos isolados e com

problemas psicológicos, como depressão. Acho que o custo-benefício... (Falha na transmissão.).

Muito obrigado.

O SR. JOEL ARONI – Presidente, eu gostaria de falar. Joel Aroni.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Tem a palavra, Joel.

O SR. JOEL ARONI – Presidente, bom dia. Bom dia a todos, Vereadores e participantes desta Audiência Pública. Sou munícipe e economista. Na verdade, a Prefeitura não é dona do dinheiro. Ela apenas administra os recursos arrecadados. Hoje a Prefeitura está medindo onde vai tirar dinheiro e de onde menos impacta. Na verdade, isso está impactando demais.

O que acontece? O Governo Federal aumentou a idade para aposentadoria. Com isso, jogou o idoso para a atividade econômica com maior volume. Ele tem que sair para conseguir recurso, para poder ajudar a família a se sustentar, só que o que ele consegue, no mercado, hoje, numa colocação, é uma remuneração baixa. Portanto, essa gratuidade não é apenas uma esmola. Isso faz parte da renda desse cidadão e da família do cidadão.

Digo mais. Só para concluir: Cada idoso acima dos 60 anos influi cinco votos. Fale para o seu Prefeito que S.Exa. está perdendo cinco votos de cada idoso.

Sr. Presidente, era isso que eu gostaria de passar.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Tem a palavra o Professor Hamilton.

O SR. HAMILTON – Bom dia a todos. Eu sou o Professor Hamilton, engenheiro, geógrafo aposentado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na Vila Medeiros, próximo à Favela do Violão, onde há um trabalho de mapeamento do idoso deficiente.

A minha fala, na inscrição que fiz, humildemente, para participar desta audiência. Eu tive uma informação, por *e-mail*, da Sra. Helena, que haveria três minutos, Sr. Presidente. Gostaria de confirmar isso, para que eu pudesse iniciar a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – O seu tempo é um minuto. Até o meio-dia, eu tenho que encerrar a Audiência.

O SR. HAMILTON – Foram dados a mim três minutos, mas eu vou procurar ser breve, em respeito à decisão recente do Sr. Presidente, com referência ao meu tempo. Eu, por muita surpresa, peço a V.Exas. trinta segundos, para ouvir uma entrevista do Sr. Vereador Alfredinho, em 1963, 1959, quando S.Exa., em entrevista com o apresentador Datena, diz o seguinte:

– Fala de Alfredinho em entrevista ao Sr. José Luiz Datena.

O SR. HAMILTON – Muito bem, por meio disso, alguns idosos bateram a minha porta assustados e perplexos. Por mais disso, eu diligentemente fui procurar e confirmar a informação do Vereador Alfredinho, que foi ratificada por outra fala e entrevista ao José Luiz Datena, quando o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy também ratificou e ainda enfatizou o chamado silêncio que houve, em relação à Presidência da Câmara, o Sr. Milton Leite, do ponto de vista de não informar sobre o chamado jabuti, informado pelo Vereador Alfredinho, do ponto de vista do não esclarecimento da lei 15.912, de 16 de dezembro de 2013.

Nesse sentido, eu fui verificar. Qual é a minha tese? É a de anulação dessa votação ocorrida no mês de dezembro, tomando, como base, que, enquanto a iniciativa privada faz tudo o que a lei não proíbe, a iniciativa pública, só o que a lei determina.

No artigo 242, é dito que nenhum projeto será dado por definitivamente aprovado antes de passar por discussões e votações, além da redação final. Logo, no regimento, na seção II, no artigo 242, isso é bem claro.

Então, a pergunta que eu deixo a V.Exas. é: "Seria interessante ou por que os Vereadores, em sabendo do Regimento, não pediram imediata anulação e nova votação?" Falo isso porque o projeto de lei demora mais.

Muito obrigado por me ouvirem. Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Faria de Sá) – Eu queria convocar uma nova reunião do Estatuto do Idoso de acordo com o Regimento. Esperamos que o Sr. Secretário de Mobilidade e Transportes possa fornecer todos os dados que deveria ter fornecido para a reunião de hoje, disponibilizando para todas as entidades e para o Grande Conselho Municipal do Idoso, para

que possamos ter uma alteração dessa proposição, porque realmente muitos idosos estão deixando de ter a vacinação por falta de transporte. Nós não podemos deixar isso continuar acontecendo.

Agradeço a presença de todos os nossos convidados e agradecer a presença de todos os Srs. Vereadores.

Em seguida, nós teremos a continuidade dos nossos trabalhos. Sem dúvida alguma, é um prazer e uma alegria vermos tantos idosos ativos, participando de uma reivindicação justa e, sem dúvida alguma, deverá ter a atenção especial por parte desta Casa. O Vereador Alfredinho já fez a sua manifestação e também o Vereador Gilson Barreto já pediu que a Secretaria de Transportes forneça as informações necessárias, para que a gente possa continuar lutando pela revisão dessa situação, que é extremamente preocupante.

Declaro encerrada a presente audiência.

Obrigado pela presença de todos.